ISSN: 2358-8829

O PAPEL DA SUPERVISÃO ESCOLAR NA MELHORIA DA APRENDIZAGEM: DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E PROCESSOS DE (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Raquel Mara Alves de Sousa 1
Karla Patrícia da Cunha Lima2
Eleni Barbosa Sousa3
Leonardo Baltazar Cantanhede 4

INTRODUÇÃO

A escola pública constitui um espaço de formação humana, construção de conhecimentos e desenvolvimento de práticas educativas que exigem planejamento, organização, acompanhamento e avaliação permanentes. Nesse contexto, a supervisão escolar assume uma função estratégica na articulação do trabalho pedagógico, atuando na mediação entre a gestão, os professores e os demais sujeitos envolvidos no processo educativo. Sua atuação envolve o acompanhamento das práticas docentes, a orientação pedagógica, a participação no planejamento, a identificação de dificuldades de aprendizagem e a proposição de estratégias que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino. Portanto, a supervisão não deve ser compreendida apenas como uma função de caráter burocrático ou administrativo, mas como uma dimensão essencial da organização pedagógica da escola.

O exercício dessa função pressupõe conhecimentos técnicos, capacidade de articulação, liderança pedagógica e, sobretudo, condições institucionais que possibilitem ao profissional desenvolver suas atribuições com autonomia, responsabilidade e reconhecimento. Essa autonomia, entretanto, não significa independência em relação à gestão escolar ou atuação isolada, tampouco representa a concentração de decisões na figura do supervisor. Trata-se de uma autonomia profissional construída nas relações institucionais, fundamentada na participação, no diálogo, na corresponsabilidade e no respeito às atribuições de cada profissional. Nessa perspectiva, a supervisão precisa encontrar espaços legítimos de participação e contribuição nas decisões que interferem diretamente na organização e no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

As discussões sobre gestão democrática ajudam a compreender essa necessidade. Lück (2010) destaca a importância dos processos de participação, descentralização e liderança compartilhada para a construção de uma gestão educacional comprometida com objetivos coletivos. De modo convergente, Paro (2017) problematiza as relações de poder presentes na

organização escolar e defende a participação dos diferentes sujeitos na construção de uma escola efetivamente democrática. Essas contribuições permitem compreender que a qualidade da gestão não se estabelece pela concentração das decisões, mas pela capacidade de promover articulações, compartilhar responsabilidades e criar condições para que os profissionais participem ativamente dos processos educativos.

Entretanto, a realidade cotidiana de algumas instituições escolares revela contradições entre os princípios democráticos que orientam a organização da escola e determinadas práticas de gestão marcadas pela centralização das decisões e pela fragilização dos espaços de participação. Tais circunstâncias podem comprometer a legitimidade profissional do supervisor perante o corpo docente, enfraquecer a articulação entre os diferentes segmentos da escola e dificultar a continuidade de ações planejadas coletivamente.

Essa problemática constitui o ponto de partida deste trabalho, que se origina de reflexões construídas a partir de uma experiência profissional no exercício da supervisão escolar em uma instituição pública de Ensino Fundamental, no município de Codó, Maranhão. A vivência no cotidiano institucional possibilitou observar que a responsabilidade atribuída à supervisão pela organização e pelo acompanhamento das ações pedagógicas nem sempre corresponde às condições efetivamente oferecidas para o desenvolvimento de seu trabalho. Em determinadas situações, a centralização dos encaminhamentos, a limitação da autonomia profissional e a deslegitimação das orientações da supervisão produzem um distanciamento entre aquilo que se planeja pedagogicamente e aquilo que se consegue efetivamente realizar.

Nessa dinâmica, a fragilização da autoridade pedagógica do supervisor pode repercutir diretamente nas relações com os professores. Quando as orientações profissionais não encontram respaldo institucional, quando decisões são modificadas ou encaminhadas sem a devida articulação e quando o trabalho da supervisão é questionado ou desautorizado diante dos demais profissionais, cria-se um ambiente de insegurança e enfraquecimento das relações de confiança. Como consequência, o acompanhamento pedagógico pode perder sua efetividade, os encaminhamentos coletivos podem encontrar resistências e o profissional responsável por articular essas ações pode experimentar sentimentos de desmotivação, desgaste e redução de sua capacidade de intervenção.

É importante destacar que a discussão não se orienta pela individualização de conflitos ou pela responsabilização de sujeitos específicos, mas pela compreensão das relações institucionais que interferem no exercício da supervisão escolar. Trata-se de problematizar como determinadas configurações de poder e organização do trabalho podem comprometer a atuação

de profissionais que, embora tenham responsabilidades diretamente relacionadas à melhoria do ensino, nem sempre dispõem de condições relacionais e institucionais favoráveis ao cumprimento de suas atribuições. Assim, a questão que orienta esta reflexão consiste em compreender de que maneira a centralização das decisões e a fragilização da legitimidade profissional da supervisão escolar interferem no desenvolvimento do trabalho pedagógico, nas relações institucionais e na articulação com o corpo docente.

Diante dessa problemática, o objetivo geral deste trabalho é analisar, a partir de uma experiência profissional no contexto da escola pública, os desafios e as contradições que atravessam o exercício da supervisão escolar, considerando os efeitos da restrição da autonomia e da deslegitimação profissional sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico e as relações institucionais. Busca-se, especificamente, discutir o papel da supervisão na articulação das práticas pedagógicas; refletir sobre as relações entre gestão democrática, autonomia profissional e compartilhamento das decisões; identificar situações que fragilizam a legitimidade da atuação supervisora; e analisar suas repercussões na motivação profissional, no trabalho coletivo e no clima institucional.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado na reflexão e na sistematização de situações vivenciadas no exercício da supervisão escolar. A análise parte da observação do cotidiano institucional, das relações profissionais e dos desafios encontrados na organização e no acompanhamento das ações pedagógicas, estabelecendo interlocução com produções teóricas que discutem a gestão democrática, a autonomia e a identidade profissional da supervisão. O percurso busca interpretar criticamente a experiência, ultrapassando a descrição de acontecimentos particulares para compreender aspectos mais amplos das relações de trabalho e da organização escolar.

A opção por essa modalidade justifica-se pela intenção de analisar criticamente situações e relações institucionais experimentadas no cotidiano profissional, buscando compreender suas implicações para o exercício da função supervisora, para a organização do trabalho pedagógico e para a construção de relações colaborativas no ambiente escolar.

A construção do relato considera que a experiência profissional, quando submetida a um processo de reflexão crítica e fundamentação teórica, pode ultrapassar a dimensão individual e contribuir para a compreensão de problemáticas presentes em diferentes contextos educacionais. Nessa direção, Mussi, Flores e Almeida (2021) compreendem o relato de experiência como uma modalidade de produção de conhecimento que exige não apenas a descrição da vivência, mas também sua interpretação crítica e sua articulação com referenciais teóricos. Desse modo, a

experiência relatada é tomada como objeto de reflexão, permitindo analisar os acontecimentos do cotidiano escolar para além de suas circunstâncias particulares.

Para a análise, foram estabelecidas quatro dimensões articuladoras: a autonomia profissional da supervisão escolar; as relações de poder e a centralização dos processos decisórios; a legitimidade das orientações pedagógicas perante o corpo docente; e os impactos das relações institucionais sobre a motivação profissional, o trabalho coletivo e o clima escolar. Essas dimensões orientam a interpretação da experiência e permitem estabelecer relações entre as situações observadas e as discussões presentes na literatura sobre gestão democrática, participação, descentralização e valorização dos profissionais da educação.

A fundamentação da análise foi construída por meio de pesquisa bibliográfica, com destaque para as contribuições de Lück (2010), Paro (2017), Nonato Neto (2021), Alonso (2003) e demais produções pertinentes à discussão da gestão escolar e da atuação supervisora. O diálogo com esses referenciais possibilita interpretar as experiências relatadas à luz de princípios teóricos que defendem a participação, a autonomia profissional, a corresponsabilidade e a construção coletiva das decisões no espaço escolar.

Quanto aos cuidados éticos, optou-se por apresentar as situações de maneira impessoal e generalizada, preservando a identidade dos sujeitos envolvidos e evitando a identificação da instituição e de profissionais que integram o contexto da experiência. Não se pretende atribuir responsabilidades individuais ou expor conflitos particulares, mas analisar criticamente aspectos das relações institucionais que podem comprometer o exercício da supervisão escolar. A reflexão concentra-se, portanto, nas implicações pedagógicas e profissionais das situações vivenciadas, respeitando os princípios de confidencialidade, responsabilidade e ética na produção acadêmica.

As discussões desenvolvidas evidenciam que a atuação da supervisão não depende exclusivamente da competência técnica ou do compromisso individual do profissional, mas também das condições institucionais, da legitimidade de suas atribuições e da qualidade das relações estabelecidas com a gestão e o corpo docente. A experiência analisada aponta que a restrição da autonomia, a ausência de diálogo e a desautorização profissional podem enfraquecer o trabalho coletivo, comprometer a execução de ações planejadas e produzir desmotivação.

Por se tratar de um relato fundamentado na experiência profissional de uma única autora, suas reflexões não possuem pretensão de generalização estatística. Sua contribuição reside na possibilidade de problematizar uma realidade institucional a partir de uma perspectiva profissional situada, oferecendo subsídios para novas discussões e investigações sobre a

autonomia, a legitimidade e a valorização da supervisão escolar nas instituições públicas de ensino.

Então, é cabível dizer que nessa perspectiva, valorizar a supervisão escolar significa reconhecer sua contribuição para a articulação do trabalho pedagógico e criar condições concretas para que suas atribuições sejam exercidas com responsabilidade, autonomia e legitimidade. Mais do que reconhecer formalmente a importância dessa função, é necessário assegurar sua participação nos processos decisórios e fortalecer relações institucionais pautadas no diálogo, na confiança e na corresponsabilidade. Afinal, o compromisso com a melhoria da aprendizagem exige que os profissionais responsáveis, que estes encontrem, na própria organização escolar, condições para planejar, orientar, acompanhar e desenvolver suas ações. de aprender.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão democrática, autonomia, identidade e atribuições da supervisão escolar

A discussão sobre o papel da supervisão escolar na melhoria da aprendizagem exige, inicialmente, compreender a gestão democrática como princípio que orienta a organização do trabalho educativo. Nessa perspectiva, a escola não deve ser compreendida como espaço de decisões concentradas em uma única função ou pessoa, mas como uma instituição coletiva, na qual os diferentes profissionais participam da construção, do planejamento e da realização das ações pedagógicas.

Lück (2010), ao discutir as concepções e os processos democráticos de gestão educacional, contribui para compreender que a organização da escola requer articulação entre os sujeitos e participação nos processos decisórios. A gestão democrática implica, assim, superar práticas excessivamente centralizadoras e construir condições para que os profissionais compartilhem responsabilidades e contribuam com os objetivos institucionais. Nessa compreensão, a qualidade do trabalho educativo não pode depender exclusivamente da vontade ou das decisões individuais de quem ocupa a função de direção, pois envolve a atuação articulada dos diferentes profissionais da escola.

Nessa direção, Nonato Neto (2021), ao abordar a descentralização da gestão escolar nas escolas públicas, enfatiza a relevância do planejamento coletivo e da participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Sua discussão permite compreender que a descentralização não representa apenas uma redistribuição de tarefas, mas envolve a construção de práticas de gestão nas quais as decisões e responsabilidades sejam compartilhadas. Essa perspectiva dialoga

diretamente com a atuação da supervisão, uma vez que o trabalho pedagógico demanda interlocução permanente com professores, gestores e demais sujeitos envolvidos no processo educativo. A participação do supervisor nas decisões relacionadas ao planejamento e ao acompanhamento pedagógico, portanto, constitui uma condição relevante para que sua atuação alcance os objetivos a que se propõe.

No que se refere à identidade e às atribuições da supervisão escolar, é necessário considerar a transformação histórica dessa função. Associada, em determinados períodos, a práticas de controle, fiscalização e acompanhamento técnico do trabalho docente, a supervisão passou a ser compreendida também como uma atividade de articulação, assessoramento e mediação das ações pedagógicas. Alonso (2003), ao discutir a supervisão e o desenvolvimento profissional do professor, apresenta uma concepção de atuação que ultrapassa o cumprimento de procedimentos técnicos. A autora destaca a importância de uma prática construída no cotidiano da escola, orientada por objetivos coletivos e comprometida com o fortalecimento do grupo de profissionais. Nessa perspectiva, o supervisor não ocupa uma posição de superioridade em relação aos professores, mas assume uma função de articulação, colaboração e estímulo à reflexão sobre as práticas educativas.

A contribuição de Alonso (2003) permite compreender que a identidade profissional do supervisor se constitui nas relações estabelecidas no ambiente escolar e na possibilidade concreta de desenvolver um trabalho colaborativo. Para isso, são necessárias condições que favoreçam o diálogo, a confiança, a troca de experiências e a construção compartilhada de encaminhamentos pedagógicos. O reconhecimento da função supervisora, portanto, não decorre apenas de sua definição formal ou das atribuições previstas institucionalmente, mas também das relações profissionais e dos espaços de participação que lhe são assegurados no cotidiano da escola.

Essa discussão evidencia uma questão relevante: embora a supervisão seja frequentemente responsabilizada pela articulação do trabalho pedagógico, pela orientação aos professores e pelo acompanhamento das ações voltadas à aprendizagem, o exercício dessas atribuições depende de condições institucionais que nem sempre estão plenamente asseguradas. Existe, nesse sentido, uma tensão entre as responsabilidades atribuídas ao supervisor e as possibilidades efetivas de participação e intervenção no cotidiano escolar. Quando sua atuação é limitada, suas proposições são desconsideradas ou sua legitimidade profissional é fragilizada diante dos demais integrantes da equipe, podem surgir obstáculos à continuidade das ações planejadas e ao fortalecimento do trabalho coletivo.

A autonomia e a identidade profissional da supervisão, portanto, não devem ser analisadas de forma isolada, mas em articulação com as relações de poder e com a organização da gestão escolar. Dessa forma, a discussão teórica aqui apresentada sustenta a compreensão de que a melhoria da aprendizagem não depende exclusivamente da atuação individual do supervisor ou de qualquer outro profissional, mas da construção de condições coletivas para a realização do trabalho pedagógico. É a partir dessa articulação que se torna possível refletir sobre os desafios, as resistências e os processos de desvalorização que atravessam o exercício da supervisão escolar, bem como sobre suas repercussões nas relações profissionais e na organização do trabalho educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão sobre a experiência profissional que fundamenta este trabalho permitiu organizar a discussão em quatro categorias analíticas: a desvalorização e a fragilização da identidade profissional da supervisão; as restrições à autonomia e a centralização das decisões; as relações institucionais e o enfraquecimento do trabalho coletivo; e os impactos dessas situações na motivação profissional e no acompanhamento pedagógico. Essas categorias foram construídas a partir da análise reflexiva de situações vivenciadas no cotidiano da atuação supervisora, considerando as atribuições da função e as contribuições teóricas que orientam este estudo.

É importante destacar que os aspectos discutidos não resultam de uma investigação baseada em entrevistas, questionários ou levantamento estatístico, mas de uma experiência profissional analisada criticamente. Desse modo, os resultados apresentados correspondem à sistematização de situações e percepções construídas no exercício da supervisão escolar, buscando ultrapassar a descrição dos acontecimentos e compreender suas implicações para as relações institucionais e para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

1. Desvalorização profissional e fragilização da identidade da supervisão

No cotidiano institucional, a desvalorização pode se manifestar de diferentes maneiras, não necessariamente por meio de declarações explícitas, mas também pela ausência de escuta, pela desconsideração de proposições pedagógicas, pela limitação da participação em decisões e pelo enfraquecimento da legitimidade das orientações apresentadas pelo supervisor. São situações que, quando presentes nas relações profissionais, podem produzir uma compreensão distorcida sobre a função supervisora, reduzindo sua atuação a tarefas administrativas ou a um papel secundário na organização escolar.

Assim, a desvalorização profissional não representa apenas uma questão individual ou subjetiva. Quando a atuação da supervisão é sistematicamente enfraquecida, também se fragilizam as possibilidades de articulação pedagógica, de diálogo com os professores e de construção de encaminhamentos coletivos. O problema, portanto, ultrapassa o reconhecimento de um profissional e alcança a própria organização do trabalho educativo.

2. Restrições à autonomia e centralização das decisões

Outra dimensão identificada na experiência refere-se às limitações impostas ao exercício da autonomia profissional da supervisão, especialmente em contextos nos quais os processos decisórios se concentram excessivamente na gestão escolar. Embora a direção possua responsabilidades específicas na condução administrativa e institucional da escola, a concentração das decisões pode comprometer a participação dos demais profissionais e dificultar a construção de uma gestão efetivamente democrática.

Na prática, essa centralização pode ser percebida quando o supervisor encontra dificuldades para apresentar propostas, encaminhar ações planejadas, participar de discussões relevantes ou desenvolver iniciativas relacionadas às suas atribuições sem que suas contribuições sejam devidamente consideradas. Nessas circunstâncias, estabelece-se uma distância entre as responsabilidades formalmente atribuídas à supervisão e as condições concretas disponíveis para realizá-las.

Essa discussão dialoga com Lück (2010), ao destacar a importância da participação e da descentralização nos processos de gestão educacional. A partir dessa contribuição, compreende-se que a gestão democrática não se efetiva apenas pela existência de uma equipe gestora ou pela distribuição formal de funções, mas pela garantia de espaços reais de diálogo, participação e corresponsabilidade.

Nonato Neto (2021), ao discutir a descentralização da gestão escolar, também contribui para essa reflexão ao enfatizar a importância do planejamento coletivo e da participação dos diferentes sujeitos na organização das ações escolares. Nesse sentido, a descentralização precisa ultrapassar o discurso institucional e se materializar nas práticas cotidianas, permitindo que os profissionais participem da construção dos encaminhamentos pedagógicos.

A experiência analisada permite, portanto, reconhecer que a restrição à autonomia da supervisão não deve ser interpretada apenas como uma dificuldade de relacionamento entre

profissionais. Trata-se de uma questão relacionada à forma como o poder é exercido e como as responsabilidades são compartilhadas no interior da instituição.

3. Relações institucionais e enfraquecimento do trabalho coletivo

As relações estabelecidas entre os profissionais constituem uma dimensão fundamental para o funcionamento da escola. O trabalho pedagógico exige articulação entre direção, supervisão, professores e demais integrantes da comunidade escolar, uma vez que as ações voltadas à aprendizagem dependem de planejamento, diálogo, acompanhamento e avaliação compartilhados.

Entretanto, quando existem tensões nas relações institucionais, especialmente aquelas relacionadas à desconsideração das atribuições de determinados profissionais ou à fragilização de sua legitimidade, o trabalho coletivo pode ser comprometido. Nesse contexto, a atuação da supervisão pode ser colocada em uma posição contraditória: espera-se que promova a integração da equipe, oriente o trabalho docente e contribua para a resolução de problemas pedagógicos, mas, ao mesmo tempo, pode encontrar obstáculos para estabelecer relações profissionais pautadas no respeito às suas atribuições e na confiança em suas orientações.

Desse modo, a experiência permite refletir que o enfraquecimento das relações profissionais pode produzir consequências que ultrapassam os conflitos cotidianos. Quando a confiança, o diálogo e o reconhecimento são comprometidos, a escola perde parte de sua capacidade de construir respostas coletivas aos desafios pedagógicos

4. Impactos na motivação profissional e no acompanhamento pedagógico

O exercício profissional em contextos marcados por restrições à participação, desconsideração de proposições e fragilização do reconhecimento pode produzir sentimentos de desmotivação, desgaste e insegurança quanto às possibilidades de realização do trabalho planejado.

Na experiência analisada, percebe-se que a dificuldade de desenvolver plenamente as atribuições da supervisão pode gerar uma distância entre aquilo que o profissional reconhece como necessário para o avanço do trabalho pedagógico e aquilo que efetivamente consegue realizar diante das condições institucionais encontradas. Essa distância tende a afetar o envolvimento com as ações planejadas, a disposição para propor

Em síntese, as categorias discutidas demonstram que a desvalorização profissional, as restrições à autonomia, a centralização das decisões e o enfraquecimento das relações institucionais são dimensões interligadas. A experiência analisada permite, assim, problematizar uma contradição presente na organização de algumas instituições escolares: atribui-se à supervisão a responsabilidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem, mas nem sempre se reconhecem sua identidade, sua autonomia e sua participação como condições necessárias para o cumprimento dessa responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste trabalho permitiu compreender que a supervisão escolar desempenha uma função estratégica na organização do trabalho pedagógico e na construção de ações voltadas à melhoria da aprendizagem. Entretanto, o exercício dessa função não depende exclusivamente do compromisso ou da competência individual do profissional, mas também das condições institucionais, das relações estabelecidas no ambiente escolar e do reconhecimento de sua autonomia e identidade profissional.

A experiência analisada evidenciou contradições entre as responsabilidades atribuídas à supervisão e as possibilidades concretas de participação, decisão e intervenção no cotidiano escolar. A desvalorização profissional, a centralização das decisões e o enfraquecimento das relações de confiança podem limitar o desenvolvimento das ações pedagógicas e comprometer a construção de um trabalho verdadeiramente coletivo.

Como contribuição, este estudo busca ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam na supervisão escolar, trazendo para o debate aspectos das relações institucionais que, muitas vezes, permanecem pouco discutidos. Reconhece-se, contudo, que, por se tratar de um relato reflexivo fundamentado em uma experiência profissional, suas análises não pretendem representar a totalidade das realidades escolares, mas oferecer elementos para novas problematizações e investigações.

Desse modo, considera-se necessário ampliar os espaços de diálogo sobre a identidade, a autonomia e a valorização da supervisão escolar, especialmente no que se refere às relações de poder, à participação nos processos decisórios e às condições de realização do trabalho pedagógico. Abrem-se, assim, possibilidades para novas pesquisas que investiguem como diferentes contextos escolares organizam as relações entre direção e supervisão, quais mecanismos favorecem ou restringem a autonomia profissional e de que maneira a gestão democrática pode se concretizar nas práticas cotidianas.

Palavras-chave: Supervisão escolar; Gestão escolar; desvalorização profissional; autonomia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-182.

ANTUNES, Jeferson; TORRES, Cicero Magérbio Gomes; ALVES, Francione Charapa; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. Como escrever um relato de experiência de forma sistematizada? Contribuições metodológicas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. Rev. Pemo**, [S. l.], v. 6, p. e12517, 2024. DOI: https://doi.org/10.47149/pemo.v6.e12517. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12517. Acesso em: 9 nov. 2026.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010. Acesso em: 9 nov. 2026.

NONATO NETO, Raimundo. **Como descentralizar a gestão escolar nas escolas públicas**. [S. l.]: Paco e Littera, 2021.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

1

[1] 1 Mestranda do Curso de EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, raquelmara916@gmail.com;
2 Mestranda do Curso de EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, karla.pcl@discente.ufma.br
3 Mestranda do Curso de EDUCAÇÃO da Universidade Federla do Maranhão – UFMA, eleni@discente.ufma.br;
4 Professor orientador: Doutor em CIÊNCIAS, pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, leonardo.cantanhede@ifma.edu.br